

## **Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**

Christiane Senhorinha Soares Campos\*

Resumo: Neste artigo faremos uma breve discussão das tendências que aparecem nos estudos de campesinato e enfocaremos o que identificamos como uma delas, a da autonomia. Esta nova tendência será caracterizada a partir da análise de uma articulação mundial de organizações camponesas que em seu próprio nome já deixa clara a tentativa de construir um caminho efetivamente camponês: a *Via Campesina*. Analisaremos a atuação da Via Campesina no Brasil<sup>1</sup> através do MST, pois trata-se do movimento social mais consolidado nacionalmente a levantar essa “bandeira” da autonomia. Palavras-chave: Campesinato; MST; Via Campesina.

### **Compreendendo o campesinato**

Uma observação importante que o geógrafo Manuel Correia de Andrade (1986, p. 5, 6) faz a quem se dedica ao estudo do campesinato é que a problemática da vida no campo é bem diferente da urbana, uma vez que no campo existem “relações de trabalho bastante diversificadas de uma área para outra, de uma região ou sub-região para outra [...]”.

Isto significa que, mesmo em sociedades em que predominam as relações capitalistas de produção, a análise da luta de classes do campo é mais complexa, uma vez que a dicotomia típica do modo capitalista, materializada pelo antagonismo entre Burguesia x Assalariados, não se constitui de forma tão clara.

O campesinato não é nem burguês nem assalariado, mas contém elementos das duas classes: posse e/ou propriedade dos meios de produção e exploração de força de trabalho. Também não pode ser entendida como a síntese das duas classes, porque historicamente é anterior a elas, o proletariado é que surge a partir de transformações do campesinato nas formações sociais capitalistas.

---

\* Doutoranda em Geografia na UFRGS. (chris\_senhorinha@hotmail.com)

<sup>1</sup> No Brasil participam da Via Campesina: o Movimento Sem Terra – MST, Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Pastoral da Juventude Rural – PJR e Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Outra dificuldade para os que se dedicam ao estudo do campesinato no Brasil é que além da diversidade de modos de vida e de trabalho, há uma diversidade de nomes para designar os/as camponeses/as. Segundo Manuel Correia de Andrade (1986, p. 6), ao contrário do que ocorreu na Europa, o termo campesinato é novo no Brasil e só se tornou popular a partir das lutas das ligas camponesas no nordeste brasileiro em meados do século XX.

Em função dessas dificuldades, poucos pesquisadores(as) estudam o campesinato em sua especificidade, sem olhar pelo filtro estreito da divisão dualista de classe, que embaça a visão da maioria das pessoas que analisam a realidade camponesa. Margarida Moura é uma dessas exceções. Para ela, historicamente o campesinato tem desempenhado um “ofício subalterno”. Mas, mesmo submisso, o campesinato tem demonstrado grande capacidade de adaptar-se e ser adaptado, transformar-se e ser transformado pelos diferentes contextos. Assim, “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista” (MOURA, 1986, p. 17).

No entanto, para Moura, esses processos de adaptação/recriação camponesa não implicam uma perda de identidade porque o campesinato tem características específicas, entre as quais a autora destaca:

O fato de o camponês controlar terra no capitalismo sem ser possuidor de capital, na acepção marxista da palavra; (...) o fato de o camponês trabalhar com a ajuda da família, à qual não remunera segundo a ótica capitalista, isto num mundo marcado pelo contrato individual de trabalho e pelo pagamento em salário das tarefas desempenhadas. E o fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo, outra cultura, estranhando, mais do que recusando, a sociedade abrangente que o contém e circunda. (MOURA, 1986, p.8)

Nesta mesma perspectiva de análise, Carvalho (2004a, p. 323) afirma que o campesinato, entendido como unidade da diversidade camponesa, “constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios”. Por isso, os seus estudos devem considerar as especificidades camponesas como a racionalidade própria.

Essa racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apóia-se em dois elementos

centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. (CARVALHO, 2004a, p. 323).

Evidentemente que a racionalidade camponesa não é imune a influências da racionalidade capitalista, hegemônica na sociedade. Para Carvalho, o camponês sofre mudanças a partir das influências externas, particularmente no que se refere aos processos de trabalho. Entretanto, também é capaz de adaptar inovações tecnológicas à sua racionalidade. A quantidade e qualidade das mudanças vão ter vários matizes porque o campesinato não é homogêneo, pelo contrário, é tão heterogêneo quanto são heterogêneas as formas de apropriação da natureza.

### **Tendências do campesinato no capitalismo – uma breve revisão teórica**

Em geral os estudos de campesinato levam em conta duas tendências consideradas clássicas: a do fim do campesinato, através da proletarização da maioria da população camponesa e da transformação de uma pequena parcela em capitalistas, e a da continuidade do modo de vida camponês como subordinado à dinâmica capitalista, ou buscando resistir a essa subordinação.

Bernardo Mançano Fernandes (2004) chama de paradigma o que aqui tratamos como tendências do campesinato. Segundo este autor, o primeiro paradigma prevê que o campesinato no capitalismo está em vias de extinção seja por meio da diferenciação da renda que vai transformando uma pequena parte das famílias camponesas em capitalistas e a maioria em assalariadas, seja porque a agricultura camponesa vai se tornando inviável diante da agricultura capitalista.

Para Samir Amin (1986), o desenvolvimento capitalista vai promovendo uma proletarização do campesinato, ainda que dissimulada, porque do ponto de vista formal o camponês é o proprietário dos meios de produção.

O capital dominante anula a renda, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador (...) que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais a propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um

vendedor de força de trabalho, e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio (AMIN, 1986, p. 29).

Germer (1992) também tem essa concepção e aponta como um dos fatores da proletarianização camponesa a industrialização da agricultura, especialmente o processo de mecanização, que eleva o custo de produção e, para compensar exige uma produção em escala cada vez maior, o que por sua vez requer maiores financiamentos para incorporar novas tecnologias. O resultado é a redução do número de proprietários. Como exemplo, ele cita o que ocorreu dos Estados Unidos em que o número de agricultores passou de 5,9 milhões em 1944 para 2,2 milhões em 1982. Sendo que apenas 13,5% destes 2,2 milhões respondiam, naquele período, por 72,6% das vendas e se apropriavam de 98,5% da renda líquida gerada pela produção agrícola. (GERMER, 1992, p. 14).

Mas há controvérsias sobre esse prognóstico. Kostas Vergopoulos (1986, p. 47), apesar de reconhecer a dominação do capital no campo é categórico ao afirmar que “a agricultura camponesa está longe de encontrar-se em vias de desaparecimento. O capital e o Estado zelam, ao contrário, pela sua consolidação”.

Para este autor, o *modus operandi* do capital, ao contrário de excluir, “vai integrando em seu processo de reprodução todos os elementos exteriores como fontes suplementares de rendimentos” (VERGOPOULOS, 1986, p. 153). Esse caráter do desenvolvimento capitalista é que faz com que na agricultura se observe o que autor define como

uma situação surpreendente de um capitalismo sem capitalistas. Os maiores capitalistas são o Estado, os monopólios de comercialização e o capital bancário; a originalidade deste capitalismo “perverso” é que o camponês integra-se ao sistema explorando o seu trabalho e o dos membros de sua família. Seu investimento desenfreado não é mais do que o “conduto” principal que assegura sua submissão através da auto-exploração (VERGOPOULOS, 1986, p. 47).

Ariovaldo de Oliveira também partilha da tese de que o campesinato tende a permanecer no capitalismo, seja porque as relações capitalistas não se estabelecem de modo homogêneo no tempo e no espaço, seja pela luta das famílias camponesas para não perder as terras ou conquistá-las, seja porque

o sistema se beneficia da produção camponesa.

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2002, p. 80).

Alguns autores que partilham dessa tese de que o campesinato não está em vias de extinção afirmam que as ocupações promovidas pelos movimentos sociais são um importante mecanismo de recriação do campesinato, porque implica recuperar a condição material para a territorialização camponesa, que é a apropriação da terra.

A terceira tendência é a que Fernandes (2004, p. 2) define como “paradigma da metamorfose do campesinato”, que “surge na última década do século XX como uma espécie de “terceira via” à questão do campesinato”. Os estudos baseados nesse paradigma apontam para uma transformação da família camponesa em agricultores que, conforme sua viabilidade econômica no capitalismo, podem ser classificados como agricultores familiares consolidados, intermediários ou periféricos, sendo que na periferia estão as famílias camponesas que priorizam a produção para o autoconsumo.

E foi este último paradigma, baseado numa hierarquia em que o campesinato é o ponto mais baixo da escala evolutiva, que serviu de subsídio para as políticas públicas brasileiras voltadas para a agricultura familiar a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e se mantém no governo Lula. Exemplos destas políticas são: o programa de crédito fundiário chamado de Banco da Terra, o programa de crédito para a agricultura familiar, o Pronaf (FERNANDES, 2004, p. 3).

## **Campesinato autônomo: a nova tendência gestada pelos movimentos camponeses**

*“Gente não é boi de carro, pro carro de boi puxar  
Gente tem mente que gira, mente que pode girar  
Gira a mente do carreiro e a canga pode quebrar”<sup>2</sup>*

Em linhas gerais, a tese que defendemos neste artigo se sustenta na análise documental e na observação de que os discursos e a prática social de organizações do campo estão gestando um novo campesinato que se caracteriza fundamentalmente pela busca da autonomia, entendida literalmente como “faculdade de se governar por vontade própria” (LAROUSSE CULTURAL, 1992, p. 107).

Evidentemente, que essa autonomia não significa independência em relação ao mercado ou às instituições, nem tampouco implica o rompimento das relações de exploração em que o campesinato está inserido. Em nossa perspectiva de análise, a autonomia aparece como uma conquista da luta dos movimentos sociais e, ainda que de forma embrionária, já se manifesta de várias formas, dentre as quais:

- a) Na capacidade do campesinato se tornar sujeito social, com identidade própria, que faz disputa política, não sendo mais representado publicamente por organizações ou pessoas que se comovem com seu sofrimento, mas se representando através de seus movimentos e organizações, que buscam formar lideranças próprias.
- b) No fato de o campesinato compreender cada vez mais que as causas das dificuldades de sua vida não são provocadas pela natureza, pela vontade divina, mas pelo funcionamento do capitalismo, em escala local e global.
- c) Pela capacidade de ir rompendo com o medo de sair de seu próprio mundo, buscando entender e respeitar a própria diversidade procurando construir a unidade camponesa, mas se dando conta das diferenças étnicas, religiosas, de gênero. E dentro dos próprios movimentos camponeses surgem cada vez mais movimentos impulsionando o respeito a essas diferenças e com vistas à igualdade de participação.
- d) Pela maturidade para perceber que se o capital é globalizado e vem globalmente sufocando os modos de vida camponeses, então é

---

<sup>2</sup> Verso de um lavrador de Goiás, citado em Ranulfo da Silva (1999).

preciso construir articulações nacionais e internacionais para lutar contra as políticas públicas e privadas que ameaçam a agricultura camponesa, enfrentando instituições poderosas do capital como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e empresas multinacionais.

Em nossa avaliação a organização que mais vem nacional e internacionalmente buscando construir essa tendência da autonomia camponesa é a Via Campesina.

### **Breve análise da Via Campesina Internacional**

A Via Campesina é uma articulação internacional de organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e de povos indígenas, que reúne mais de 100 milhões de camponesas e camponeses da Ásia, África, América e Europa. E se define como “um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer tipo. Está formada por organizações nacionais e regionais, cuja autonomia é cuidadosamente respeitada” (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2002, p. 5).

A I Conferência da Via Campesina, que marca seu surgimento oficial, ocorre em maio de 1993, na cidade de Mons, na Bélgica. Mas as organizações camponesas já estavam construindo articulações intercontinentais desde o fim dos anos 80, principalmente na América Latina, tanto que a maioria das organizações que fazem parte da Via são latino-americanas, o que acabou influenciando seu nome.

Essas articulações camponesas mundiais se construíam no rastro da implementação das políticas neoliberais que, com diferentes escalas espaço/temporal, provocaram conseqüências similares no campo, na medida que o receituário neoliberal foi aplicado de forma padronizada nos chamados países em via de desenvolvimento, através de organismos internacionais como FMI e Banco Mundial. E, mesmo nos países ricos, as regras impostas pela OMC (Organização Mundial do Comércio) provocaram a queda de renda, a perda de mercados, inviabilizando a reprodução econômica de muitas famílias camponesas.

Por isso, grosso modo, pode-se dizer que os inimigos comuns das organizações que compõem a Via Campesina são: as políticas neoliberais implementadas pelos organismos internacionais e pelos governos que seguem suas orientações e o modelo de produção de monoculturas para exportação,

controlado por grandes empresas, em geral multinacionais, o agronegócio. “A globalização do capital que impõe os mesmos métodos de exploração em todos os países, obriga os movimentos camponeses a também terem estratégias de articulação internacional, rompendo assim seus métodos corporativos e localizados” (STÉDILE, 2003, p. 17).

O caráter pluralista da Via Campesina se manifesta em vários aspectos: econômico, político, cultural, religioso, étnico, de gênero e ideológico. Mas há unidade quando se posiciona contra as políticas neoliberais porque elas estão inviabilizando a continuidade dos modos de vida camponeses em várias partes do mundo. Por isso a Via se declara anti-neoliberal e anti-imperialista.

Evidentemente que a articulação não gira apenas em torno do inimigo comum, mas as organizações camponesas da Via Campesina partilham objetivos.

O principal objetivo da Via Campesina é desenvolver a solidariedade e a unidade na diversidade entre as organizações do campo, para promover relações econômicas de igualdade e justiça social, a defesa da terra, a soberania alimentar, uma produção agrícola sustentável e equitativa, baseada nos pequenos e médios produtores (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2002, p. 5).

A Conferência Internacional da Via, realizada a cada três anos, é a instância máxima da articulação e define as prioridades de ação e alianças estratégicas. Mas há temas de trabalho permanentes, que são: *Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária Integral, Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável e Biodiversidade; Biosegurança e Recursos Genéticos.*

### **Características da tendência do campesinato autônomo identificadas na Via Campesina**

Identificamos na Via Campesina quatro características que parecem indicar que, através de seu discurso e sua prática social, ela vem forjando um novo campesinato:

Rompimento do isolamento camponês. Em geral as lutas camponesas ocorrem motivadas por necessidades imediatas e de forma localizada. A Via Campesina mantém o caráter cooperativo, na medida que se articula para defender os modos de vida camponeses. Entretanto, faz a luta construindo alianças com organizações urbanas, procura ganhar o apoio da sociedade, abre canais de negociação e parcerias com amplos setores sociais, através da participação em lutas contra os tratados de livre comércio, como Alca, e da



inserção ativa em eventos como o Fórum Social Mundial. Ou seja, por meio da Via Campesina, o campesinato mundial busca um protagonismo político que é inovador na história.

A segunda característica que nos parece relevante é a preocupação da Via em afirmar a identidade e o papel social do campesinato nesse contexto de expansão do capitalismo em que este parece perder função social. Nos discursos das lideranças, documentos e manifestações públicas da Via há uma clara tentativa de elevar a auto-estima dos povos camponeses, procurando desconstruir o mito da inferioridade, da subordinação tão arraigada na identidade social camponesa.

Nós, que somos camponeses e camponesas, e sociedades agrícolas de pequeno porte, não estamos vencidos. Somos fortes e temos determinação, e somos a maioria no mundo. Estamos orgulhosos/as de nosso trabalho, que é o de produzir alimentos seguros para nossas famílias e para a humanidade. Apreciamos nossa diversidade, tanto biológica quanto cultural. O futuro nos pertence. (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Uma terceira, é a insistência em duas bandeiras de luta que considera essenciais para a continuidade do modo de vida camponês: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Para a Via a reforma agrária

não pode ser vista apenas como um processo de distribuição da propriedade da terra. Em função do grau de desenvolvimento do capitalismo e de exploração das economias locais, deve estar sustentada por mudanças no modelo econômico, social e político. O acesso a terra por parte dos camponeses deve ser entendido como uma forma de garantia de valorização de sua cultura, da autonomia das comunidades e de uma nova visão de preservação dos recursos naturais, para a humanidade e para as gerações futuras. (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2002).

A Via Campesina realiza permanentemente uma campanha mundial pela reforma agrária em parceria com entidades de defesa dos direitos humanos, como forma de pressionar os governos e apoiar as diferentes formas de luta pela terra construídas pelos povos camponeses. Outra bandeira de luta prioritária é a Soberania Alimentar entendida como:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos

que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pescueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada à satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. [...] (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Segundo Peter Rosset, um dos intelectuais que colabora com a Via Campesina, o conceito de soberania alimentar é mais apropriado para os que lutam pelo modo de vida camponês do que o conceito de segurança alimentar.

Segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devem ter a certeza de contar com alimento suficiente para cada dia. Porém este conceito não diz nada com respeito à procedência do alimento ou a forma como é produzido. Desse modo, Washington, pode argumentar que a importação de alimentos baratos dos Estados Unidos é uma excelente maneira que tem os países pobres de alcançar a segurança alimentar, mas sem a produção de alimentos próprios. (ROSSET, 2004, p. 59).

Como ação estratégica para impulsionar o debate e adoção de políticas nacionais com vistas a garantir a soberania alimentar, a Via Campesina desenvolve uma Campanha Mundial das Sementes, intitulada: *Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade*. Na prática a campanha consiste na troca direta de sementes entre camponeses/camponesas e na luta contra os transgênicos e o patenteamento das sementes.

Por último, consideramos importante destacar a preocupação da Via Campesina em debater e implementar linhas políticas que visem à igualdade de gênero no campo, uma vez que o modo de vida camponês clássico é extremamente patriarcal. Isso nos parece o reconhecimento de que é preciso lutar pela manutenção do campesinato, mas também reconhecer que esse modo de organização do trabalho e da vida se sustentou historicamente pela opressão da mulher.

Nesse sentido, a Via Campesina ousa propor que nas suas instâncias deve-se alcançar paridade de gênero. E isso tem sido um importante mecanismo de pressão das mulheres para uma maior participação nos movimentos que compõem a Via Campesina, inclusive no Brasil. Um exemplo disso é o protagonismo das mulheres na luta contra a monocultura de eucalipto no sul do país, que se intensificou com a ocupação do viveiro da Aracruz Celulose, na região metropolitana de Porto Alegre, realizada pelas mulheres da Via Campesina do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 8 de março de 2006.

Essas características observadas na Via Campesina internacional nos indicam que, em escala mundial, está sendo gestada uma nova tendência do campesinato. No Brasil, o movimento social, consolidado nacionalmente, que mais tem expressado essa nova tendência é o Movimento Sem Terra. Por isso nos deteremos agora a analisar como o MST vem incorporando essa busca pela autonomia camponesa.

### **A construção da autonomia camponesa no Brasil – o caso do MST**

O MST começa a se construir no fim da década de 1970, num período em que, tanto no campo quanto nas cidades, havia uma intensa luta pela conquista de direitos políticos e sociais. Mas quem estava na vanguarda dessas lutas no país era o operariado, principalmente de São Paulo, que analisava os problemas do Brasil a partir da realidade urbana e generalizava a análise, como se o capitalismo se desenvolvesse de forma homogênea, usando as mesmas táticas e produzindo os mesmos arranjos em todos os espaços.

Isso talvez ajude a explicar porque, apesar de ter uma base social camponesa, quando o MST é criado no I Encontro Nacional de 1984 não se autodenomina camponês, se intitula Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. E mesmo do ponto de vista da agricultura, nos primeiros anos do MST não havia preocupação em estimular a agricultura camponesa, baseada na diversidade alimentar, na prioridade de produção para o autoconsumo, no cuidado com a preservação das riquezas naturais.

Em meados dos anos de 1990, o MST começa a se inserir na Via Campesina. É nessa década também que se intensifica a crise na agricultura brasileira em função da aplicação das políticas neoliberais pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Diante desse contexto no Brasil e das influências da Via Campesina internacional, o MST começa todo um processo de reflexão interna, fazendo uma espécie de autocrítica, e passa a estimular a agroecologia,

a produção voltada para o autoconsumo, para os mercados locais, a usar o termo camponês e camponesa para se referir à sua base.

E nestes primeiros anos do século XXI vem se consolidando cada vez mais entre as lideranças do MST um discurso da agricultura camponesa, uma preocupação em resgatar a chamada cultura camponesa, o que inclui desde a dimensão da produção exemplificada pela campanha para que as famílias produzam as próprias sementes, até os hábitos e costumes, incluindo o incentivo às músicas típicas do campo como as “modas de viola”, a valorização de símbolos do universo camponês como chapéus de palha, carroças, ferramentas, bem como a das danças, comidas, manifestações culturais.

Evidentemente que isso tudo entra em contradição tanto com muitas concepções/conceitos quanto com muitas práticas construídas e/ou adotadas pelo MST ao longo dos anos, o que vem provocando mudanças na compreensão de seu papel social, na sua organização interna, em suas alianças e nas táticas para a territorialização das famílias sem terra, e, por conseguinte, do próprio Movimento.

Esse campesinato que vem sendo criado ou recriado nos movimentos da Via Campesina, particularmente no MST, tem elementos antigos, como o resgate dos símbolos do universo camponês, que na maioria das vezes é feito de forma romântica e como se tudo fosse bom e belo na vida da típica família camponesa. Mas, o interessante são os elementos novos que vem incorporando e que caracterizam o que estamos denominando de tendência do campesinato autônomo, que descrevemos no item anterior. Entre esses elementos estão a defesa da soberania alimentar, a preocupação em construir alianças tanto no campo quanto na cidade e a disposição para debater as relações de gênero em suas organizações.

### **Campesinato autônomo: uma tendência real ou utopia?**

À primeira vista parece bem contraditório que, num contexto de avanço do capitalismo no campo, através do agronegócio, o campesinato se organize em movimentos articulados e ouse crescer e aparecer em âmbito nacional e internacional. Entretanto, uma análise dialética mostra que as desigualdades sociais que se intensificaram com as políticas neoliberais, hegemônicas na atual fase do capitalismo, após desmantelarem as organizações da classe trabalhadora, agora estão afetando sobretudo a população camponesa, que é de aproximadamente três bilhões de pessoas no mundo (AMIN, 2004).

Nesse sentido é que se pode fazer a leitura de que os novos arranjos territoriais engendrados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo estão fazendo brotar um novo tipo de campesinato, que tem elementos de permanência da caracterização camponesa, como: posse da terra ou luta por ela e a lógica de produção.

O camponês e a camponesa produzem tendo como objetivo atender as necessidades de sua família seguindo a lógica que Marx chamou de M-D-M. Ou seja, produzem mercadorias, pela venda das mesmas obtém dinheiro, com o qual adquirem outras mercadorias para atender necessidades. Esta é a lógica do valor de uso, na linguagem marxista, que se contrapõe à lógica capitalista, que se expressa na fórmula D-M-D'. Neste caso o processo começa com dinheiro, que é aplicado na compra de mercadorias, como máquinas, matéria-prima e força de trabalho para produção de novas mercadorias e com a venda destas obtém mais dinheiro. O objetivo aqui não é atender às necessidades, é acumular capital.

O que consideramos importante enfatizar é que há elementos novos no campesinato que caracterizam o que denominamos de tendência da autonomia camponesa, tais como a preocupação com o conjunto dos recursos naturais, a capacidade de articulação dos movimentos camponeses entre si e com organizações urbanas de trabalhadores/trabalhadoras e de consumidores/consumidoras, e particularmente o autoreconhecimento como camponês e camponesa que lutam para mostrar que a agricultura camponesa tem uma função social fundamental para a humanidade: produzir alimentos.

Mas para cumprir essa função elementar, o campesinato precisa enfrentar inimigos poderosos, uma vez que defender a agricultura camponesa é defender a terra como espaço de trabalho, o que contraria a concepção capitalista da terra de negócio, que vem proliferando no Brasil e no mundo através do agronegócio. Essa nos parece a razão fundamental do surgimento das novas características que estão sendo construídas pela prática social dos movimentos camponeses, e que em nossa apreensão teórica identificamos como tendência do campesinato autônomo.

Por outro lado, no contexto histórico em que vivemos nos parece complicado afirmar se essa tendência pode se consolidar como uma possibilidade real ou é uma utopia, considerando uma escala espaço-temporal mais ampla. Isso porque nos últimos anos tem se verificado um grande avanço da territorialização do capital no campo através do agronegócio. Esse avanço pode ser medido através de indicadores como o aumento da produção/produktividade e da área plantada com produtos de exportação.

A Conab estima novo recorde de produção da safra que começou no final de 2003 e terminará neste ano: serão 129,7 milhões de toneladas, 5% a mais do que na safra 2002/2003. Esse aumento foi devido à ampliação da área plantada. Segundo a Conab serão 46,6 milhões de hectares de área plantada, 6% a mais do que a área plantada na safra recorde que o país acabou de colher em 2003. Soja e algodão são os destaques: 13,3% e 33,3% a mais [...] (CARVALHO, 2004b, p. 56).

Além de ampliar os investimentos no campo, o agronegócio tem investido bastante em marketing. Os grandes meios de comunicação (impresso e áudio-visual) mostram em reportagens cotidianas as “vantagens” do agronegócio. A meta parece ser construir no imaginário social a idéia de agronegócio como sinônimo de progresso e modernidade, e ao mesmo tempo reforçar a tese da “vocação agrícola” do país, o que justificaria, entre outras coisas, o apoio governamental ao setor, que de fato vem se confirmando mesmo num governo capitaneado por um partido historicamente vinculado às lutas pela terra e pela reforma agrária.

Valores repassados pelo Banco do Brasil:

Aracruz celulose – R\$ 1.167 bilhão, Cargil R\$ 921 milhões, Bunge R\$ 607 milhões, ADM R\$ 585 milhões, Nestlé R\$ 330 milhões, Rhodia R\$ 304 milhões, Souza Cruz R\$ 189 milhões, Basf R\$ 120 milhões, Monsanto R\$ 68 milhões, Bayer R\$ 58 milhões. Total financiado R\$ 4.349 bilhões. (JORNAL SEM TERRA, 2004, p.15).

Em contrapartida, neste mesmo ano de 2004, mais de três milhões de famílias de pequenos agricultores receberam um montante de R\$ 31.520 milhões. E o agronegócio também está se apropriando de terras que poderiam ser usadas para reforma agrária, intensificando a concentra o fundiária no país.

Entre 1992 e 1998 a área ocupada por imóveis maiores de 2.000 hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares, o que representa três vezes mais que os 18 milhões de hectares que o governo FHC afirma ter desapropriado durante os seis anos do período considerado. (CARVALHO, 2004b, p. 51).

Há toda uma ofensiva do capital contra a agricultura camponesa em várias dimensões: econ mica, política, ideológica. Não se fala no Brasil, por exemplo, em agricultura camponesa, porque isso pode lembrar lutas sociais.

Generalizou-se o nome agricultura familiar. E essa agricultura familiar é considerada mais avançada se estiver integrada às grandes agroindústrias. Até o programa de crédito da agricultura familiar – Pronaf, se baseia nessa concepção de que aquele que produz prioritariamente para o autoconsumo é atrasado, não tem viabilidade econômica. E, por isso, deve receber financiamentos para ter condições de produzir prioritariamente para o mercado, integrando-se o máximo possível a alguma cadeia produtiva do agronegócio.

Nesses tempos de agronegócio, de políticas neoliberais, há todo um esforço das instituições (dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário), bem como dos meios de comunicação, de mostrar que agricultura camponesa e reforma agrária, via desapropriação, são inviáveis e desnecessárias.

A partir desses elementos podem-se levantar alguns questionamentos: a territorialização do agronegócio implica desterritorialização camponesa? Há espaço para a construção da autonomia camponesa neste contexto? A partir dos poucos dados citados já se observa que, onde o agronegócio avança, a agricultura camponesa tende a se encolher e até a desaparecer. Por isso, entendemos que é exatamente essa situação de avanço do capital no campo que força o campesinato a buscar a autonomia.

Nesta perspectiva, a tendência da autonomia camponesa, em grande medida, se constrói a partir de uma identidade de resistência. Na caracterização de Castells (2001) sobre as formas de construção de identidades: legitimadora, de resistência e de projeto, estas identidades que vão surgindo a partir da prática solidária podem ser caracterizadas como de resistência, criadas por atores que se encontram em condições desvalorizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência como base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade (CASTELLS, 2001, p. 24). O autor chama a atenção para esta forma de resistência coletiva diante das pressões e acredita que ela seja definida com clareza pelos fatores geográficos, históricos, econômicos e políticos que norteiam a vida dos agentes coletivos.

Mas, se por um lado o enfrentamento ao agronegócio é um alicerce importante da identidade de resistência, por outro lado a crise na agricultura e as políticas públicas que favorecem a integração ao agronegócio funcionam como mecanismos que vão minando a construção dessa identidade. Assim, no cenário atual a consolidação da tendência da autonomia camponesa, no curto prazo é bastante difícil. Mas a médio e longo prazos, se os movimentos camponeses ampliarem a articulação entre si e com outros atores sociais, em

múltiplas escalas (local, estadual, nacional, internacional), fortalecendo as lutas contra o agronegócio, é possível que consigam alterar essa correlação de forças.

Desse modo, a única certeza que temos é que em pleno século XXI tende a se acirrar a questão camponesa no Brasil e no mundo, uma vez que a maior parte da população mundial vive e trabalha no campo, em condições de pobreza, e enfrenta cada vez mais obstáculos para garantir a reprodução de seus modos de vida.

## Referências

- AMIN, S. O Capitalismo e a renda fundiária. In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- AMIN, S. A crise do capitalismo e a vitimização camponesa. In: VIA CAMPESINA BRASIL. *A situação internacional da agricultura*. São Paulo, 2004. mimeo.
- ANDRADE, M. C. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- CARVALHO, H. M. (Org.). *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Curitiba, 2004a. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Contexto atual da correlação de forças e lutas sociais no campo*. Curitiba, 2004b. mimeo.
- CASTELLS, M. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FERNANDES, B. M. *Delimitação conceitual de campesinato*. 2004. Disponível em: <[www.mst.org.br/informativos](http://www.mst.org.br/informativos)>. Acesso em: jul. 2006.
- FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, Havana. *Declaração ...* Havana, 2001.
- GERMER, C. M. *Acumulação de capital e proletarização na agricultura brasileira*. Curitiba: UFPR, 1992. mimeo.
- JORNAL SEM TERRA, São Paulo, ano 24, n. 262, p. 15, maio, 2004.
- LAROUSSE CULTURAL. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.



OLIVEIRA, A U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (Org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

ROSSET, P. *Soberania Alimentaria: reclamo mundial del Movimiento Campesino*. 2004. Disponível em: <<http://www.cerai.es/fmra/archivo/rosset2.pdf>> Acesso em: jul. 2006.

SILVA, R. *A retomada do Trabalho de Base*. São Paulo, 1999. mimeo.

STÉDILE, J. P. Conjuntura internacional da agricultura. In: VIA CAMPESINA DO BRASIL. *A situação internacional da Agricultura*. São Paulo, 2004.

VERGOPOULOS, K. O capitalismo disforme. In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. *Histórico, natureza e linhas políticas internacionais* : cartilha da Via Campesina. São Paulo, 2002. mimeo